



## ESTADO

# Greves envolvem quatro setores

Os movimentos grevistas agitam vários setores do serviço público estadual: servidores da USP, do Judiciário, delegados da Polícia Civil e da Fundação Casa. Todos brigam por melhores salários, sendo que as duas últimas reivindicam também melhores condições de trabalho. Do lado oficial, a tese é de que há movimentos políticos – já que o ex-governador José Serra está na disputa à Presidência da República –, organizados por partidos de oposição. Entre os representantes das categorias, a inércia sobre a negociação é culpa do governo estadual, a partir de seus representantes.

No caso da Esalq e Cena, os grevistas correspondem a 6 ou 7% do funcionalismo, por isso ne-

nhuma atividade essencial está prejudicada. De acordo com Wilson Soares Mattos, coordenador do Campus Luiz de Queiroz, ligado à USP, apenas o restaurante universitário continua parado.

No entanto, em conversa com lideranças do Sintusp, a reitoria conseguiu ao menos que os estudantes beneficiários da bolsa alimentação fossem atendidos. “São somente 70 alunos. E nosso pedido foi acatado. Para os demais, o serviço está interrompido”, afirmou Soares Mattos.

No Departamento de Genética a greve também ganhou novos adeptos. Por outro lado, a creche, que atende filhos de professores, funcionários e alunos, voltou a funcionar na semana passada durante meio período. A biblioteca cen-

tral, que também havia aderido ao movimento desde o início, voltou a funcionar na quarta-feira, dia 9.

O reitor da USP, João Grandino Rodas, escreveu ontem artigo no jornal O Estado de S. Paulo em que aponta que os servidores em greve nas universidades paulistas usam de “radicalismo dos anos 60, 70, que está longe da realidade atual”. No artigo, ele apresenta os níveis salariais e benefícios que colocam esses servidores acima da média nacional.

Sem um caminho definido para retirar os invasores do prédio central, está tentando os meios legais, sem querer se arriscar por extremos. Por outro lado, os sindicalistas estiveram ontem na Assembleia Legislativa de São Paulo, em reunião com o

deputado do PSOL, Carlos Giannazi. Para o deputado, um caminho alternativo de negociação será via Alesp. Ele pretende apresentar requerimento que convocaria os reitores das três universidades (Unicamp, Unesp e USP) para que compareçam ao legislativo paulista. Ele acredita que a Comissão de Direitos Humanos seria a porta para a aprovação do documento, uma vez que nela a base oposicionista é mais forte.

O deputado não vê radicalismo na invasão, que ele chama apenas de ocupação, apesar de reconhecer que os servidores que “ocuparam” o local quebraram uma parede e retiraram duas portas. “Mas tudo isso é de responsabilidade dos servidores, que se comprometeram a fazer a reposição”, afirmou.